

Jacqueline de Souza Alves da Silva

De: Presidência
Enviado em: sexta-feira, 13 de maio de 2022 15:37
Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva
Assunto: ENC: UEJN - ARGENTINA - JUNTAR MANIFESTAÇÃO AO PL N.º 6.204/2019
Anexos: Presentación Senado de Brasil.pdf

De: Malone Cunha - UIHJ [mailto:m.cunha@uihj.com]
Enviada em: sexta-feira, 13 de maio de 2022 15:10
Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>; Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>; Sen. Marcos Rogério <sen.marcosrogerio@senado.leg.br>
Assunto: UEJN - ARGENTINA - JUNTAR MANIFESTAÇÃO AO PL N.º 6.204/2019

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de m.cunha@uihj.com. [Saiba por que isso é importante](#)

Exmo. Sr. Senador Presidente do Senado Federal do Brasil,
 Exmo. Sr. Relator do PL 6.204/2019,

Por solicitação do Sr. Secretário-Geral da UEJN - UNION DE EMPLEADOS DE LA JUSTICIA DE LA NACIÓN, Julio Juan Piumato, encaminho documento anexo para **JUNTAR MANIFESTAÇÃO AO PL N.º 6.204/2019**.

Os documentos em anexo é Presentación da entidade, apontando falhas no conteúdo do PL 6.204/2019.

Atenciosamente.

Malone Cunha

Member of the board



6, Place du Colonel Fabien 75019 Paris
 ☎ +33 (0)1 42 40 89 48
 ✉ m.cunha@uihj.com
www.uihj.com



**Unión de Empleados
de la Justicia de la Nación**



Buenos Aires, 12 de maio de 2022

AO SR. PRESIDENTE DO SENADO DO BRASIL

SEN. RODRIGO PACHECO

S / D

A UEJN – UNION DE EMPLEADOS DE LA JUSTICIA DE LA NACION da Argentina se dirige por meio deste ofício ao Egrégio Senado da República Federativa do Brasil para, cumprimentando, externar considerável preocupação com a tramitação de Projeto de Lei n. 6.204/2019, que objetiva a retirada da execução das mãos do Poder Judiciário e repasse da mesma aos tabeliães de notas.

A UEJN, como dito, se preocupa não só com o prosperar dessa medida neoliberal de privatização da execução da justiça na América do Sul, como com o fato de que a tramitação de tal projeto vem transcorrendo em velocidade tamanha que sequer foi apreciada em sua constitucionalidade pela comissão condizente no âmbito do Senado Federal.

A UEJN observa com perplexidade a urgência de tramitação em um projeto de lei que vem desconstruir todo um sistema de execução estabelecido desde sempre no Brasil. A UEJN se preocupa, em especial, com a categoria dos servidores públicos do Poder Judiciário do Brasil, particularmente a categoria dos Oficiais de Justiça, maior afetada, que exerce com tamanha excelência a execução das ordens judiciais hoje.

Na qualidade de uma das maiores entidades representativas dos servidores do Judiciário da Argentina, a UEJN solicita ao Senado Federal do Brasil que oportunize verdadeiramente o debate, permitindo com que a matéria seja ao menos apreciada na Comissão de Constituição e Justiça da do Senado Federal.

Assim, refletimos que, se a execução no Brasil sempre foi judicial, inclusive tendo assim se mantido desde a última reforma do Código de Processo Civil em 2015, por que a atual reforma tão profunda tramita com tamanha urgência a ponto de suplantar a própria comissão que apreciaria a constitucionalidade da matéria?

A UEJN opina pela rejeição da privatização da justiça e pela valorização do agente de execução que já existe no sistema judicial do Brasil: o oficial de justiça.

Saudações cordiais.

OMAR EDUARDO RUIZ

Directivo Representante de

Direcciones Genarles de Mandamientos y Notificaciones

JULIO JUAN PIUMATO

Secretario General



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 42/2022 – ATRSGM/SGM

Juntem-se à página oficial de tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas das manifestações externas contidas nos documentos abaixo listados:

1. PL 3723/2019 – Documento SIGAD nº 00100.036057/2022-32;
2. PL 4491/2021 (Substitutivo-CD) – Documento SIGAD nº 00100.036384/2022-94;
3. PL 3723/2019 – Documento SIGAD nº 00100.036590/2022-02;
4. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 000100.038052/2022-441;
5. PL 4223/2021 – Documento SIGAD nº 00100.038182/2022-87 (VIA 001)
6. PLP 4/2022 – Documento SIGAD nº 00100.038842/2022-20;
7. PL 3723/2019 – Documento SIGAD nº 00100.038947/2022-89;
8. PEC 22/2011 – Documento SIGAD nº 00100.040591/2022-43;
9. PL 3723/2019 – Documento SIGAD nº 00100.040596/2022-76;
10. PL 6554/2019 – Documento SIGAD nº 00100.040611/2022-86;
11. PLP 18/2022 – Documento SIGAD nº 00100.040865/2022-02 (VIA 001);
12. PL 1731/2021 – Documento SIGAD nº 00100.042058/2022-15;
13. PL 3723/2019 – Documento SIGAD nº 00100.054891/2022-18
14. PL 6204/2019 – Documento SIGAD nº 00100.054926/2022-19;
15. PL 3723/2019 – Documento SIGAD nº 00100.055202/2022-84 (VIA 001)
16. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.056137/2022-12.

Encaminhem-se às comissões cópias de documentos externos, conforme listagem a seguir exposta:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. CMA – Processo SIGAD nº 00100.039446/2022-10 (VIA 001);

Secretaria-Geral da Mesa, 15 de junho de 2022.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS

Secretário-Geral da Mesa Adjunto

